
A IGREJA CATÓLICA E AS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA DIOCESE DE IPAMERI (GO): PARTILHANDO UTOPIAS

Suely Pereira de Sousa *

João Bosco Pereira**

Sonho que se sonha só
Pode ser pura ilusão.
Sonho que se sonha juntos
É sinal de solução.
Então, vamos sonhar companheiros,
Sonhar ligeiro,
Sonhar em mutirão. ***

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo estabelecer a relação entre a Igreja Católica e as organizações e movimentos sociais na Diocese de Ipameri (GO), mostrando que a parceria efetiva da Igreja Católica com os movimentos sociais é significativa para o fortalecimento de ações que se preocupam com a promoção humana. Esta parceria da Igreja Católica com os movimentos sociais tem raízes nas orientações do Concílio Vaticano II (1962 a 1965) quando surgiu o fenômeno religioso denominado de Teologia da Libertação na América Latina, que a partir das conferências latino-americanas afirmou a opção preferencial pelos pobres. A Teologia da Libertação adquire novas formas no século atual e continua presente, principalmente nas práticas de alguns movimentos sociais brasileiros e nas ações de alguns padres, leigos e bispos comprometidos com as causas populares, como é o caso da Diocese de Ipameri (GO). Para a construção deste texto foi realizada pesquisa bibliográfica no campo sociologia da religião e análise em documentos da Igreja Católica e da atuação de algumas organizações sociais presentes na Diocese de Ipameri (GO).

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica, Diocese de Ipameri (GO), movimentos sociais, promoção humana.

ABSTRACT: This article aims to establish the relationship between the Catholic Church and the social movements and organizations in the Diocese of Ipameri (GO), showing that the effective partnership of the Catholic Church with social movements is significant to the strengthening of actions that are concerned with human development. This partnership with the Catholic Church's social movements rooted in the guidelines of the Second Vatican Council (1962 to 1965) when did the religious phenomenon known as liberation theology in Latin America, from the Latin-American said the preferential option for the poor. Liberation theology takes new forms in the present century and is still present, especially in the practices of some Brazilian social movements and actions of some priests, bishops and lay people committed to popular causes, such as the Diocese of Ipameri (GO). For the construction of this text was carried out literature in the field sociology of religion and analysis of documents of the Catholic Church and the presence of some social organizations in the Diocese of Ipameri (GO).

KEY-WORDS: Catholic Church, Diocese of Ipameri (GO), social movements, human development.

*Geógrafa, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão. E-mail: sallysps@gmail.com

** Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Goiás.

*** Canto da Ceb's.

Introdução

Nas últimas décadas, vivenciamos na América latina o fenômeno religioso denominado de Teologia da Libertação, muito vinculado às lutas populares e que buscou nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o fundamento para as suas análises sociais e econômicas. Este movimento ganhou força principalmente nas organizações populares no campo e esteve na origem de vários movimentos sociais no Brasil. Porém, desde a década de 1990, uma nova leva conservadora fez com que a Teologia da Libertação recuasse e que outros movimentos ganhassem espaços nas organizações religiosas. Neste sentido, assistimos ao crescimento de igrejas pentecostais evangélicas, hegemonicamente vinculada ao lado espiritual e pouco preocupada com as lutas políticas comprometidas com a transformação social. Mas, mesmo neste contexto, ainda assistimos ao apoio de diversos religiosos e de parte das igrejas para as lutas populares reafirmadas pelo mais recente encontro dos Bispos da América Latina em 2007, na Conferência de Aparecida, bem como das diretrizes de ações em várias dioceses, como no caso da Diocese de Ipameri (GO), onde podemos encontrar um considerável número de movimentos sociais e organizações que se preocupam com a promoção humana articulados com o apoio da Igreja Católica.

Para realizar o texto foi feita pesquisa bibliográfica no campo da sociologia da religião, análise em documentos da Igreja Católica e visitas e entrevistas para conhecer a atuação de algumas organizações sociais presentes na Diocese de Ipameri.

Teologia da Libertação

Nas décadas de 1950 e 1960 apresentava-se na América Latina um forte incremento industrial e uma intensa migração campo/cidade. Como as políticas beneficiavam, majoritariamente, setores do capital nacional e internacional, acabou-se por criar um proletariado urbano e uma massa de moradores em favelas. Estas mudanças alteraram o perfil de diversos países -

como é o caso do Brasil- que apresentavam níveis muito alto de crescimento industrial. Porém, este crescimento não refletia uma melhor distribuição de renda.

Estas mudanças propiciaram mobilizações políticas populares, muitas delas influenciadas pela Revolução Cubana. Focos de luta armada também surgem no período e, como reação dos setores conservadores, golpes militares passam a dominar o continente. É neste contexto, que o chamado “cristianismo social”, ganhou corpo nas pastorais operárias e em organizações políticas e humanitárias. Porém, no decorrer das décadas de 50 e 60, leigos passam a se comprometer com trabalhos sociais que, posteriormente, terão outra feição vinculada as lutas políticas de cunho socialistas. Começava a surgir o alicerce para a “Teologia da Libertação”, no final da década de 1960.

Segundo Dussel:

a partir deste momento, organizam-se movimentos de libertação em todas as partes. [...] Sucedem-se reuniões para estudos de religiosos, bispos e leigos. Os movimentos de base são cada vez mais numerosos. Os grupos sacerdotais crescem em quase todos os países [...]. Os universitários se comprometem politicamente dentro de uma linha socialista. (DUSSEL, 1981, p.180-1)

A Igreja católica, buscando uma adequação ao momento político e, não querendo perder o controle sobre as suas bases, convocou, entre 1962 e 1965, o Concílio Vaticano II, sob o papado de João XXIII. Este Concílio abriu espaços para discussões e orientações políticas da Igreja, no qual religiosos, não só católicos, começam a elaborar uma teologia vinculada às lutas sociais.

É nesse contexto de muitas movimentações políticas, sociais e religiosas que nasce a Teologia da Libertação em 1968. Contudo ela tem raízes históricas mais antigas. Segundo Henrique Dussel,

a história da teologia na América Latina tem três etapas fortes, de criação teológica, [...] são teologias da libertação [...]. O primeiro momento criativo foi o movimento teológico profético exemplificado por Bartolomeu de las Casas na época da conquista e da evangelização. O segundo momento foi a época da Emancipação nacional, da libertação das metrópoles européias. Foi igualmente uma teologia política da libertação. O terceiro momento é o atual, depois da crise do desenvolvimento a partir de 1965, e se trata da primeira teologia explícita da libertação como libertação. (DUSSEL, 1981, p.186-7),

Ainda com relação à teologia da libertação Dussel (1981) a define da seguinte forma:

uma reflexão teológica, que pensa no compromisso político concreto de cristão, em sua situação geopolítica da periferia e em sua situação social de intelectual orgânico, das classes oprimidas ou de participante nos riscos da libertação dessas classes. (DUSSEL, 1981, p.181-2).

É nesse contexto teológico, fortalecido pelo pensamento social da Igreja, consolidado pela Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, que o episcopado latino-americano realiza três conferências. Em Medellín na Colômbia, em 1968; em Puebla no México, em 1979 e em Santo Domingo na República Dominicana, em 1992. Nas três, a preocupação fundamental é a Evangelização atualizada do povo latino-americano com numerosos problemas sociais.

A partir da Conferência de Medellín,

procura-se entender melhor a relação entre fé e política, entre compromisso cristão e realidade latino-americana. Procura-se uma compreensão mais profunda e global das causas, geradoras da injustiça institucionalizada. Pretende-se descobrir as ideologias que estão por detrás das propostas e projetos políticos. Observa-se solidariedade em torno dos problemas e aspirações populares, bem como uma participação direta de líderes e grupos cristãos em movimentos dessa forma, a Conferência Episcopal Latino- Americana de populares de reivindicação. (MARINS, 1979, p. 26).

Medellín se tornou o grande marco da concretização do Concílio Vaticano II na práxis da Igreja neste continente. A realidade sócio-político-econômica do momento exigia essa tomada de posição a qual a Igreja respondeu positivamente.

Como consequência, no Brasil a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) incentivou a participação de leigos em seus órgãos anexos, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Comissão de Justiça e Paz. Medellín propiciou uma maior aproximação da Igreja Católica com outras igrejas e o apoio às atividades comunitárias. Esta última foi fundamental para o estabelecimento das CEBs, que uniam, através de pequenos e numerosos grupos, a reflexão política com a dimensão do sagrado.

Nas conferências seguintes, os bispos latino-americanos continuaram as mesmas opções, explicitando com mais detalhes alguns elementos da pastoral eclesial.

Ao fim da década de 1970, a América Latina começava a viver outra realidade. Havia se consolidado a hegemonia urbana e a industrialização de importantes países, com todos os agravantes sociais decorrentes. Porém, o próprio capitalismo vive uma crise, levando problemas para países dependentes como o Brasil, Argentina ou México. Se, por um lado, a América Latina começava a se ver livre dos governos militares e conhecer novas reorganizações populares, como a própria Teologia da Libertação, por outro, a crise atinge os países de capitalismo central, no qual governos e empresários esboçam críticas ao modelo intervencionista estatal. Era o início da era da Globalização Neoliberal, baseada em um documento denominado “Consenso de Washington”. Neste contexto, aconteceu o Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano) de 1979, realizada em Puebla, México.

Em Puebla, os bispos dizem que “o objeto precípua desta doutrina social é a dignidade pessoal do homem, imagem de Deus e a tutela de seus direitos inalienáveis” (Documento de Puebla n.474, 1979, p. 182) afirmam, ainda, que a sua finalidade é “a promoção da libertação total da pessoa humana, em sua dimensão terrena e transcendente” (Documento de Puebla n.475, 1979, p.182). Essa libertação deve atingir as diversas dimensões da vida humana, como “o social, o político, o econômico, o cultural e o conjunto de suas relações” (Documento de Puebla n. 483, 1979, p.184).

Também em Puebla, os bispos dizem:

Os bens e riquezas do mundo, por sua origem e natureza, segundo a vontade do Criador, são para servir efetivamente à utilidade e ao proveito de todos e cada um dos homens e dos povos [...] Todos os outros direitos também o de propriedade e livre comércio lhe estão subordinados. (DOCUMENTO DE PUEBLA , n.492, 1979, p. 186).

O documento de Puebla condena tanto o capitalismo liberal quanto o coletivismo marxista, dizendo que “ambos são formas do que se pode chamar injustiças institucionalizadas” (Documento de Puebla n.495, 1979, p. 187). Defende o “verdadeiro desenvolvimento, que é o passo, para cada um e para

todos, de condições de vida menos humanas a condições mais humanas” (Documento de Puebla, n.497, 1979, p. 188).

Com relação às organizações sociais dos trabalhadores, o documento de Puebla denuncia a sua repressão. “Sobretudo nos países onde há regimes de força, vê-se com maus olhos a organização de operários, camponeses e grupos populares e adotam-se medidas repressivas para impedi-la” (Documento de Puebla n. 44, 1979, p. 82). Mais adiante, os bispos dizem: “defendemos o seu direito fundamental de criar livremente organizações de defesa e promoção dos seus interesses e para contribuir responsavelmente para o bem comum” (Documento de Puebla n. 1163, 1979, p. 322).

A Conferência de Puebla é demarcada pelas disputas políticas e os setores conservadores conseguem restringir a participação apenas à hierarquia da Igreja. Porém, os teólogos da Libertação, mesmo não podendo marcar presença oficialmente nos debates, estiveram presentes e influenciaram diversos pontos de discussão. Ao fim, elaborou-se o consenso em torno do tema “opção preferencial pelos pobres”. Desde então, principalmente pela ação das Ceb’s (Comunidades Eclesiais de Base), as propostas vinculadas a Teologia da Libertação passaram a crescer, principalmente no Brasil, que no período vivia a redemocratização e a reorganização política da sociedade civil.

Os anos 1980 conhecem uma reorganização pujante da sociedade brasileira e, inegavelmente, os setores da Igreja Católica vinculados a Teologia da Libertação deram um grande contribuição. Os novos movimentos sociais, com destaque para o MST, novos partidos, como o PT e o novo sindicalismo, como a CUT, tiveram, em sua gênese, forte presença do cristianismo da libertação.

Em Santo Domingo (1992), a Igreja da América Latina confirma sua opção preferencial pelos pobres. Deixa, porém, transparecer uma preocupação conservadora de alguns setores dessa Igreja: que essa opção não seja “exclusiva e nem excludente” (Documento de Santo Domingo n. 178, 1992, p. 138).

Falando da promoção humana como dimensão privilegiada da nova evangelização, os bispos dizem que a “nossa fé no Deus de Jesus Cristo e o amor aos irmãos tem de traduzir-se em obras concretas” (Documento de Santo

Domingo n. 160, 1992, p. 130) e apontam vários temas e vários desafios pastorais para a ação da Igreja.

Entre as várias linhas pastorais, o documento de Santo Domingo propõe “promover de modo mais eficaz e corajoso os direitos humanos, a partir do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja” (n. 168, 1992, p. 133); apoiar “a criação de uma justa e humana reforma política e agrária”; “dar apoio solidário às organizações de camponeses e indígenas”; “promover progressos técnicos” (n. 177, 1992, p. 137); impulsionar e sustentar uma pastoral do trabalho em todas as nossas dioceses”; “apoiar as organizações dos homens do trabalho para a defesa de seus legítimos direitos” (n. 185, 1992, p. 142). Mesmo sendo considerada uma Igreja conservadora, a Igreja da América Latina se torna o exemplo da evangelização libertadora, apesar dos grandes desafios aí existentes.

A Igreja no Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi fundada em 1952 por iniciativa de Dom Hélder Câmara, nas suas sucessivas assembléias, assume a Doutrina Social da Igreja, concretizando-a e adaptando-a à realidade brasileira.

Nas décadas de 1950 a 1960, a Igreja no Brasil prioriza a questão do desenvolvimento. Ao contrário da posição adotada diante do regime do Estado Novo, de Getúlio Vargas, em que a Igreja assumiu uma posição conciliatória diante do regime de exceção, a CNBB desempenha um papel chave na articulação da sociedade civil, em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e da redemocratização. Durante o Vaticano II, em 1964, a Assembléia Geral da CNBB, realizada em Roma, decide assumir o Planejamento Pastoral como seu instrumento metodológico de renovação denominado, na época, *aggiornamento*. Esse processo concretiza-se, no país, por meio do Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), fundamentado, por sua vez, na atuação da Ação Católica e na experiência da CNBB.

Entre os vários serviços pastorais, a CNBB insiste, na necessidade de “acentuar a formação” de lideranças cristãs, dando “especial atenção à análise da realidade econômica, política, social, ideológica e cultural brasileira” (1988, n. 181, p. 82).

Além dos vários documentos pastorais da CNBB, a Igreja Católica no Brasil promove, desde 1960, a Campanha da Fraternidade dentro do período quaresmal. A cada ano, um tema social é objeto de estudo, de reflexão e de ação pastoral. Sendo uma campanha, tem a limitação de um tempo pré-estabelecido e, por outro lado tem a amplitude de atingir todas as comunidades da Igreja Católica. Todos são atores importantes e não podem estar à margem.

A Igreja considera que, para consolidar a democracia representativa, garantindo a governabilidade, é preciso verificar também a composição do Congresso Nacional e as alianças que permitam concretizar os projetos governamentais. Este pensamento político da Igreja é refletido, na oportunidade, no texto-base da Campanha da Fraternidade de 1996 da CNBB, sobre o tema “Fraternidade e Política”. Nesse documento, é reafirmada e aplicada ao contexto contemporâneo do Brasil a Doutrina Social da Igreja sobre a política. Essa atividade é definida como “uma mediação social necessária para promover o bem comum”. Partindo da concepção aristotélica de que a pessoa humana é, por natureza, um ser político, a CNBB afirma que toda ação ou omissão é uma atitude política e que dela depende a vida dos cidadãos.

Apresenta, depois, seu conceito de Política, definida como o conjunto de ações pelos quais os homens e mulheres buscam uma forma de convivência entre os indivíduos, grupos e nações, que ofereça condições para a realização do bem comum. Do ponto de vista dos meios ou da organização, a política é o exercício do poder e a luta para conquistá-lo.

A partir do pontificado de João XXIII e da realização do Concílio Vaticano II, teoricamente a Igreja Católica minimizando a sua preocupação com o avanço do comunismo, se torna mais livre para agir profeticamente no campo social. Há a percepção de que a resolução dos problemas sociais é uma questão de justiça e não simplesmente de caridade. Os sujeitos do desenvolvimento e da libertação não são os ricos caridosos, distribuindo o supérfluo, mas são os pobres e marginalizados exigindo seus direitos.

A partir do Concílio Vaticano II, mais precisamente na década de 1970, surgem várias pastorais sociais com a finalidade de contribuir para a assistência e a promoção humana. Entre as várias pastorais surgem a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975 e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

A CPT nasce em Goiânia com o objetivo de ser um instrumento de pastoral da terra ou dos trabalhadores rurais, ajudando-os a conhecer e a transformar a realidade rural, assumindo a sua história. Para atingir esse fim, a CPT assessora a organização dos trabalhadores, tendo a Reforma Agrária como bandeira de luta. O CIMI, por sua vez, visa a defesa dos povos indígenas, a proteção de suas terras e de suas culturas. Para isso propõe uma nova ação missionária que respeite a identidade cultural de cada povo. Ambos, CPT e CIMI, mesmo tendo nascido no seio da Igreja Católica, se tornaram posteriormente, instituições ecumênicas de serviço pastoral e missionário.

Logo após o Concílio, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base, que se espalham por toda a América Latina e se “converteram em centros de evangelização e em motores de libertação e de desenvolvimento” (Documento de Puebla, n. 96):

De forma privilegiada, as CEBs redescobrem, na leitura bíblica, o aspecto libertador da História da Salvação. Vêem na própria caminhada prefigurada no Êxodo do povo de Israel e atualizada na vivência do Mistério Pascal de Jesus Cristo. Assumem sua luta pela justiça como realização do profetismo na sociedade de hoje. (CNBB, 1984, n. 12, p. 10).

Através das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais sociais, a Igreja Católica no Brasil transformou o seu discurso em ações proféticas de promoção humana e social. A palavra de denúncia de toda opressão e de anúncio do Reino de justiça e paz é acompanhada pelas conquistas sociais. A defesa do desenvolvimento do homem todo e de todos os homens se traduz em projetos alternativos de crescimento comunitário.

Os desafios e o comprometimento com a promoção humana

No desenrolar de toda a década de 1990 e na entrada do terceiro milênio, os movimentos sociais e políticos que centram sua luta na construção

de sociedades mais igualitárias, vivem momentos de enormes dificuldades. A crise da idéia socialista e a hegemonia do pensamento neoliberal fazem com que os movimentos sociais e políticos se transformem, assumindo um caráter majoritariamente integrados ao capitalismo. No Brasil, como em quase todos os países, as discussões acerca da construção do socialismo desaparecem mesmo em partidos como o PT, que chega ao governo central, mas não leva adiante o enfrentamento com a sociedade do capital, ou em centrais sindicais como a CUT.

A Teologia da Libertação, enquanto movimento organizado no interior das igrejas e no meio dos movimentos populares, perde força no contexto das instituições religiosas, assim como perde força junto as suas bases. O crescimento das religiões evangélicas no Brasil, por si, não pode explicar a diminuição da força política da Teologia da Libertação, pois nestas também existem setores minoritários comprometidos com mudanças. Mas alguns dados são evidentes. O crescimento das igrejas evangélicas acontece num contexto conservador e suas propostas políticas levam, hegemonicamente, ao conformismo e a adequação ao modo de vida existente. A igreja Católica popular, sob forte pressão de uma política centralizadora e conservadora do Vaticano, vive momentos de retração.

No “combate ao comunismo”, empreendido por João Paulo II e por Bento XVI, a Teologia da Libertação, considerada como “marxista”, foi um dos alvos prediletos dos ataques conservadores. Neste sentido, diversos bispos hostis a Teologia da Libertação foram nomeados no Brasil e na América Latina. Padres e bispos ligados à Teologia da Libertação foram afastados e, mesmo, perseguidos, como o caso do teólogo Leonardo Boff, um dos maiores expoentes dessa corrente, que abandonou as suas funções eclesiais. O atual fundamentalismo do Vaticano é muito próximo das mais conservadoras propostas das igrejas evangélicas que proliferaram no Continente americano nos últimos anos. Neste momento em que o pensamento moderno ou pós-moderno fez crescer o individualismo e emergir o subjetivismo, a procura religiosa de grande parte dos cristãos é por uma espiritualidade também individualista e por milagres que resolvam todos seus problemas pessoais, não há muita disposição para o compromisso social.

Porém, não se pode falar em esgotamento da Teologia da Libertação. Observando os documentos mais recentes da Igreja Católica, podemos perceber que ela continua defendendo as mesmas prioridades de ação da pastoral social. Ela mantém a sua opção preferencial pelos pobres e reafirma a sua doutrina ou ética social.

No ano de 2007 aconteceu em Aparecida do Norte (SP) a V Conferência do Episcopado Latino Americano e do Caribe com a presença dos bispos da América com o objetivo de estimular a ação evangelizadora da Igreja:

A V Conferência do Episcopado Latino-americano e do caribe é um novo passo no caminho da Igreja, especialmente desde o Concílio Ecumênico Vaticano II. Ela dá continuidade e, ao mesmo tempo, recapitula o caminho de fidelidade, renovação e evangelização da Igreja latino-americanas a serviço de seus povos, que se expressou oportunamente nas Conferências Gerais anteriores do Episcopado (Rio, 1955; Medellín, 1968; Puebla, 1979; Santo Domingo, 1992). Em todas elas reconhecemos a ação do Espírito. Também nos lembramos da Assembléia Especial do Sínodo dos Bispos para América (1997). (DOCUMENTO DE APARECIDA n.9, 2007 p. 7)

Na oportunidade foi reafirmada a opção preferencial pelos pobres:

Comprometemo-nos a trabalhar para que a nossa Igreja Latino-americana e Caribenha continue sendo, com maior afincamento, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio. Hoje queremos ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres feita nas Conferências anteriores. Que sendo preferencial implique que deva atravessar todas nossas estruturas e prioridades pastorais. A Igreja Latino-americana é chamada a ser sacramento de amor, de solidariedade e de justiça entre nossos povos. (DOCUMENTO DE APARECIDA, n.410, 2007, p. 81)

Diante do contexto atual o documento chama a atenção para a realidade socioeconômica da América Latina e Caribe.

A globalização faz emergir em nossos povos, novos rostos pobres. Com especial atenção e em continuidade com as Conferências Gerais anteriores, fixamos nosso olhar nos rostos dos novos excluídos: os migrantes, as vítimas da violência, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e seqüestros, os desaparecidos, os enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, os toxico-dependentes, idosos,

meninos e meninas que são vítimas da prostituição, pornografia e violência ou do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas da violência, da exclusão e do tráfico para a exploração sexual, pessoas com capacidades diferentes, grandes grupos de desempregados (as), os excluídos pelo analfabetismo tecnológico, as pessoas que vivem na rua das grandes cidades, os indígenas e afro-descendentes, agricultores sem terra e os mineiros. A Igreja, com sua Pastoral Social, deve dar acolhida e acompanhar estas pessoas excluídas nas esferas a que correspondam. (DOCUMENTO DE APARECIDA, n.416 p. 82)

Diante desta realidade o Documento de Aparecida orienta que as pastorais da igreja em parceria com organizações sociais possam propor ações concretas que contribuam para a elaboração de políticas públicas que leva em conta a necessidade da população e a sustentabilidade.

A Teologia da Libertação adquire novas formas neste novo século e continua presente, principalmente nas práticas de alguns movimentos sociais brasileiros e nas ações de alguns padres e bispos comprometidos com as causas populares, como é o caso da Diocese de Ipameri(GO).

A Diocese de Ipameri é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, pertence à Província Eclesiástica de Goiânia e ao Conselho Episcopal Regional Centro - Oeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Tem como sé apostólica a Catedral Divino Espírito Santo em Ipameri (GO). Foi criada em 11 de outubro de 1966 pela Bula “De animorum utilitate” do Papa Paulo VI, desmembrada da Arquidiocese de Goiânia.

Localizada na região Sudeste de Goiás, é composta pelos seguintes municípios: Ananguera, Caldas Novas, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri(Sede), Marzagão, Nova Aurora, Orizona, Ouidor, Palmelo, Pires do Rio, Rio Quente, Santa Cruz de Goiás, Três Ranchos e Urutaí na região dos cerrados do planalto central do Brasil. Essa região é muito almejada por agricultores de outras regiões do país, na perspectiva da expansão da monocultura de soja e do agronegócio e hidronegócio em geral.

Além dos que chegam de fora trazendo tecnologia e novos modos de vida, a sociedade destas cidades sofre a influência do modelo capitalista liberal que incentiva a competição individualista e o consumismo, provocando um

conflito entre este modelo e a vida comunitária, solidária nas organizações sociais.

Já teve como líder o bispos Dom Gilberto Pereira Lopes (1966-1975), Dom Antônio Ribeiro de Oliveira (1975-1985), Dom Frei Tarcisio Sebastião Batista Lopes OFM (1986-1998) e atualmente Dom Guilherme Antônio Werlang, MSF (1999).

Em outubro de 2007 foi realizada a 8ª Assembléia Diocesana de Ipameri que seguindo as orientações assumidas pela a Igreja do Brasil, e também da Conferência de Aparecida, assume o compromisso social e político utilizando as seguintes estratégias:

Através das Pastorais Sociais existentes na diocese, assumir as lutas em defesa da vida, do meio ambiente e do bioma “cerrado”, dos que vive com HIV AIDS, dos dependentes químicos e no combate à violência e à corrupção; Realizar um plano de pastoral orgânico e articulado que integre um projeto comum às paróquias, comunidades de vida consagrada, pequenas comunidades, pastorais e movimentos. Incentivar a participação da igreja, através dos leigos (as) nos diversos Conselhos Municipais; Empenhar nossos esforços na promulgação de políticas públicas e participações cidadãos que garantam a proteção e defesa da vida, conservação e restauração da natureza; Apoiar os movimentos sociais e populares bem como suas lutas e reivindicações; Incentivar a criação e formação de pequenas comunidades eclesiais nos centros urbanos, adaptando-as às realidades locais; Assumir a campanha da fraternidade, o grito dos excluídos, a semana social, o mutirão pelo combate à fome e à miséria, DNJ, semana da cidadania e outras manifestações sociais; (DIRETRIZES GERAIS , 2007, p. 10)

Na diocese os movimentos sociais e organizações presentes atuam em vários setores da sociedade, muitos deles estão articulados com apoio da Igreja Católica na pessoa dos leigos e leigas, alguns padres, religiosos e religiosas e até mesmo do Bispo Dom Guilherme. Entre estes movimentos e organizações podemos destacar aqueles que lutam pela conquista da terra e por uma vida digna. Como é caso do MCP (Movimento Camponês Popular), EFAORI (Escola Família Agrícola de Orizona) e o MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens).

O MCP é um movimento camponês, popular, de massa, organizado em grupos de base, autônomo, de luta que respeita a diversidade dos povos, regido pelos princípios e valores socialistas, que busca a produção diversificada de alimentos saudáveis para a garantia da soberania alimentar popular com autonomia e respeito a biodiversidade, a identidade e a diversidade camponesa, que junto com outros atores sociais busca a construção de um projeto socialista para o Brasil. Ele nasceu em 2008, a partir do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) que chegou em Goiás em 2003.

O citado movimento está organizado a partir dos grupos de base. Estes grupos são constituídos nas comunidades rurais e fazem parte dos grupos entre 5 a 15 famílias camponesas. Destes grupos, estes grupos estão vinculados às coordenações municipais, regionais, estaduais e nacionais. Está articulado em Goiás em cerca de 50 municípios que formam 6 regionais. Na regional sudeste está organizado nos municípios de: Catalão, Ouvidor, Três Ranchos, Davinópolis, Goiandira, Cumari, Ipameri, Caldas Novas, Rio Quente, Piracanjuba, Mazargão, Orizona e Silvânia.

Entre as principais atividades que desenvolve as prioritárias são: formação política; organização das famílias camponesas; igualdade de gênero; trabalho com as mulheres camponesas; luta contra os transgênicos e resgate das sementes crioulas/ agroecologia e biodiversidade; feiras camponesas; geração de renda; produção de alimentos saudáveis e diversificados, soberania e segurança alimentar; moradia camponesa; qualidade de vida, como saúde, educação, previdência social, lazer, etc. Dentre estas atividades merece destaque o Banco de Semente Crioulas que é um trabalho de resgate das sementes crioulas como base para a construção da soberania alimentar baseado na produção de alimentos saudáveis sem o uso de sementes híbridas e transgênicas e agrotóxicos, respeitando quem produz e quem consome.

Outra organização que luta por melhor qualidade de vida no campo é a EFAORI (Escola Família Agrícola de Orizona). Esta escola foi fundada em 17 de dezembro de 1998. Todo o processo de discussão e preparação foi assessorado pelo Prof. Dr. João Batista de Queiroz da Universidade Católica de Goiás e Universidade Católica de Brasília . A Escola Família Agrícola de

Orizona (EFAORI) tem o objetivo de formar agricultores em nível médio e que ao mesmo tempo seja cidadãos críticos diante da estrutura econômica política, social e cultural vigente. Ela quer contribuir para que o agricultor familiar produza satisfatoriamente na sua propriedade e consiga melhorar, sem sair do campo, a sua qualidade de vida. A EFAORI quer atingir, além do aluno, a família dele, através das aulas práticas na sua propriedade familiar utilizando processo de ensino-aprendizagem denominado de Pedagogia da Alternância, ou seja, a alternância na família, comunidade e escola. Também tem a pretensão de formar lideranças para o meio rural, contribuindo para a diminuição do empobrecimento da população rural e, assim, diminuir o êxodo rural.

Esta escola surgiu a partir de discussões da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o Centro Social Rural de Orizona, em meados de 1995, sendo criada então uma comissão de implantação da EFA, formada por um grupo representativo das organizações sociais do município: Centro Social Rural de Orizona, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona, Sindicato Rural de Orizona, Central de Associações dos Pequenos Produtores Rurais de Orizona, Prefeitura Municipal de Orizona, Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona, Câmara Municipal de Vereadores, Comunidades Rurais, Igrejas, Escolas Rurais e Urbanas, Banco do Brasil. A EFAORI assim como outros movimentos e organizações sociais são elementos essencialmente constitutivos da identidade social do povo.

Notamos que o município de Orizona é, na verdade, muito rico em organizações sociais e que todas essas organizações contribuíram e ainda contribuem muito para o desenvolvimento do município e do seu povo em geral. Lutando isoladamente, com certeza muitos produtores familiares já teriam vendido suas propriedades e buscado alternativas de vida ou, então, estariam em condições econômicas piores e desestimulados na luta por melhores condições de vida. Todo o processo de conscientização e criação dessas organizações sociais foi acompanhado pela Igreja, através da liderança dos padres e das comunidades espalhadas por todo o município. (PEREIRA, 2005, p. 50)

Outro movimento social que teve atuação significativa na diocese é o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) que também contou com a

mediação da Igreja Católica na organização e mobilização da população de Catalão.

A territorialização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no vale do rio São Marcos, ocorreu com o apoio da Igreja Católica, da Universidade Federal de Goiás/Campus de Catalão, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração de Ferro e Metais Básicos e de Minerais Não Metálicos de Catalão - Ouvidor (METABASE), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catalão (STR) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Catalão que entraram no processo da luta, construindo um movimento popular de resistência à construção da barragem. (SILVA e MESQUITA, 2007.p. 01 e 02)

A barragem Serra do Facão foi licenciada em 2001 com um pacote de outras hidrelétricas elaborado e aprovado no final do governo Fernando Henrique Cardoso. A área da barragem atinge cinco municípios no Estado de Goiás (Catalão, Ipameri, Campo Alegre, Cristalina, Davinópolis) e um município do Estado de Minas Gerais (Paracatu).

O vale do rio São Marcos é ocupado por centenas de pequenos agricultores que tiram da terra o seu sustento e ainda contribuem para a economia do município ao colocar no mercado arroz, feijão, milho, laranjas, queijos e outros produtos para cesta básica. As famílias que seriam atingidas ao receber a notícia da construção da barragem ficaram perdidos e assustados, não possuíam informações sobre a obra, ou como ficaria sua situação a partir da implantação do empreendimento. Assim a Igreja local preocupada com a situação começou a intervir a favor dos atingidos:

Assim, o bispo da diocese de Ipameri, Dom Guilherme, conhecendo a realidade dos atingidos por barragens no sul do país tomou algumas providências. O primeiro passo foi à efetivação de uma reunião para discutir os problemas que a barragem poderia trazer à população atingida e para toda a sociedade como um todo. Esta primeira iniciativa já integrou alguns atingidos, professores do curso de Geografia do CAC/UFG e representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da AGB Seção Catalão. A partir dessa primeira discussão, a população ribeirinha conheceu um pouco da realidade vivida pelos atingidos em outras regiões do país, e iniciou então a organização do que hoje é o MAB Serra do Facão. (BORGES, 2004, p. 08)

O MAB com o apoio de várias entidades conseguiu, como resultado da luta, o atraso das obras por quase três anos no ano de 2004. Este ano foi particularmente importante para os atingidos de Serra do Facão, representando a vitória do povo que se organiza e um impulso para continuarem na luta por dignidade. Conforme Borges (2004):

Este movimento social contribuiu para fazer surgir uma nova relação das populações atingidas com a terra, ou seja, houve uma re-valorização da terra de trabalho e uma re-construção da identidade camponesa adquirida através da formação e conscientização dos atingidos, seja em encontros de formação, seja na luta (manifestações, atos) e enfrentamentos políticos. A organização do MAB no vale do rio São Marcos trouxe um impulso à organização de outros movimentos na região, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que iniciam sua territorialização no sudeste de Goiás. (BORGES, 2004, p. 11)

Para a Igreja, ao fomentar organizações dessa natureza, não está somente ajudando aquelas pessoas ou o movimento social, mas está também agregando valor ao seu discurso e promovendo a manutenção da sua circularidade entre a população, se fazendo presente no cotidiano das pessoas. A mística, prática sempre presente em vários movimentos, também se apresenta como herança das influências religiosas. Serve para manter a coesão dos membros do movimento e para estimular a participação, além de incentivar a atuação nas lutas. A ação de valorização da mística, baseada em ritos religiosos, contribui para manter nos militantes a “chama” para a luta e a organização comunitária, pois alimenta sonhos e utopias. E, fundamentalmente, transformam esta utopia em críticas ao capitalismo e sustentam a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa.

Existem outras organizações na Diocese que contribuem significativamente com a promoção humana. Aqui vamos apenas citá-las: creches e projetos educacionais mantidos pelo Centro Social em parcerias com as prefeituras dos municípios da diocese, projetos de inclusão digital em alguns centros comunitários, cooperativas de trabalhadores rurais e também algumas

pastorais como a Pastoral da Criança e Pastoral da Saúde. Também podemos citar eventos que são realizados para promover reflexões e discussões a cerca de assuntos relacionados à preservação ambiental e dívidas sociais: Romaria da Terra e Água, Semana Social, Dia Nacional da Juventude, Grito dos Excluídos e também vários encontros de formação de lideranças contribuindo na análise do contexto socioeconômico local.

Considerações finais

A relação Igreja Católica com organizações e movimentos sociais na Diocese de Ipameri (GO) trazem resultados significativos através de parceria em ações que contribuem para a construção de uma sociedade justa. Ações estas que propõe alternativas para melhorar a qualidade de vida dos empobrecidos, para conservação do meio ambiente e da criação de um modelo de educação que respeite a cultura da população local, principalmente daqueles que ainda resistem em viver no campo.

Para a Igreja Católica, esta parceria contribui para ela se fazer presente no cotidiano das pessoas, agregando valor ao seu discurso de opção preferencial pelos pobres reafirmada nas conferências latino- americanas. E por fim, esta partilha de utopias entre estas duas forças, Igreja Católica e organizações e movimentos sociais, contribui para continuarmos a sonhar e acreditar em um modelo democrático, politicamente soberano e participativo, economicamente solidário e socialmente justo em nossa sociedade, tendo em vista a promoção humana.

Referências

BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. *América Latina: Da conquista à nova evangelização*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____. *Nova Evangelização: Perspectiva dos Oprimidos*. 3 ed. Fortaleza: Vozes. 1991.

BORGES, Renata Paulo, DINIZ, Jaqueline Simões, ALVES Sandra Aparecida, NASCIMENTO Aline Cristina, MESQUITA Helena Angélica . *A Territorialização do*

Movimentos dos Atingidos pó Barragens (MAB) no Vale do Rio São Marcos – Sudeste Goiano. Catalão : Universidade Federal de Goiás, 2004

CONCILIO VATICANO II. *Lumen Gentium*. São Paulo: Paulinas, 1967.

CNBB. *As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. *Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome*. São Paulo: Paulinas, 2002.

DIOCESE DE IPAMERI. *Diretrizes gerais da Ação Evangelizadora e da Pastoral da Diocese de Ipameri*. Ipameri: Diocese de Ipameri, 2007.

DOCUMENTO DE MEDELLIN. *II Conferência Geral do Episcopado Latino- Americano*. 1968. Disponível em: <<http://www.cricbrasil.com/download.htm>>. Acesso em: 11 de janeiro 2009.

DOCUMENTO DE PUEBLA. *III Conferência Geral do Episcopado Latino- Americano*. 1979. Disponível em: <<http://www.cricbrasil.com/download.htm>>. Acesso em: 11 de janeiro 2009.

DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO. *IV Conferência Geral do Episcopado Latino- Americano*. 1992. Disponível em: <<http://www.cricbrasil.com/download.htm>>. Acesso em: 11 de janeiro 2009.

DOCUMENTO DE APARECIDA. *V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe*. 2007. Disponível em: <<http://redelatina.marista.edu.br/>> . Acesso em: 11 janeiro 2009.

DUSSEL, Henrique. *Ensaio de síntese: Hipóteses para uma história da teologia na América Latina (1492-1980)*. In: *História da Teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981.

_____. *História da Igreja Latino – Americana (1930 a 1985)*. São Paulo: Paulinas, 1989.

MARINS, José, et alii. *De Medellín a Puebla: a práxis dos padres da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1979.

PEREIRA, João Bosco. *Posições variantes da Igreja Católica frente as organizações sociais a exemplo do Centro Social Rural de Orizona*. Goiânia: Dissertação de Mestrado Universidade Católica de Goiás. 2005.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”*. São Paulo: Paulinas, 1984.

SILVA, Jaqueline Vaz, MESQUITA Helena Angélica. *As estratégias de resistência camponesa contra a expropriação: o caso dos atingidos pela barragem Serra do Facão – rio São Marcos – Sudeste Goiano*. Catalão: X *ERE GEO* – Universidade Federal de Catalão, 2007.